



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **4002482-47.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
 Requerente: **EDSON FRANCISCO ROTHER FILHO**
 Requerido: **CONSÓRCIO NACIONAL EMBRACON**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter firmado com a ré proposta de participação em grupo de consórcio.

Alegou ainda que realizou trinta e seis pagamentos, mas depois, em decorrência das variações do mercado imobiliário e em razão do valor do consórcio não corresponder a valores aplicados em vendas de imóveis na cidade de São Paulo, procurou a ré para cancelar o ajuste.

Salientou que a ré se propôs a devolver-lhe valor muito inferior ao efetivamente devido, com o que não concordou.

Almeja à restituição do valor que especificou, ressaltando que isso deveria suceder de imediato.

O tema trazido à colação conta com orientação pacífica do Colendo Superior Tribunal de Justiça, segundo a qual em caso de desistência do plano de consórcio, seja de bens móveis ou imóveis, a restituição dos valores desembolsados não se dará de imediato, mas sim em até trinta dias após o encerramento do grupo respectivo, consideradas as peculiaridades que envolvem essa espécie de contrato.

Nesse sentido: REsp 612.438/RS, Rei. Min. Carlos Alberto Menezes Direito, DJ 19.06.06; REsp 1.033.193/DF, Rei. Min. Massami Uyeda, DJe 01.08.08; AgRg no Ag 960.921/SP, Rei. Min. Humberto Gomes de Barros,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

DJe 03.03.08; REsp 696.666/RS, Rei. Min. Castro Filho, DJ 14.11.05; AgRg no REsp 655.408/RS, Rei. Min. Nancy Andrichi, DJ 07.11.05; REsp 541.212/RS, Rei. Min. Barros Monteiro, DJ 03.10.05; REsp 442.107/RS, Rei. Min. Aldir Passarinho Júnior, DJ 17.02.03; REsp 307.293/MG, Rei. Min. Barros Monteiro, DJ 24.09.01; REsp 162.699/SP, Rei. Min. Eduardo Ribeiro, DJ 25.05.98; REsp 94.266/RS, Rei. Min. Ruy Rosado de Aguiar, DJ 11.11.96; REsp 69.737/SP, Rei. Min. Ari Pargendler, DJ 20.09.99; REsp 63.374/PR, Rei. Min. Cláudio Santos, DJ 27.05.96; REsp 61.279/RJ, Rei. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, DJ 6.11.95; REsp 59.684/RS, Rei. Min. Waldemar Zveiter, DJ 16.10.95.

A mesma orientação foi ainda consolidada pela 2ª Seção da mesma Corte no REsp 1.119.300/RS, Rei. Min. Luis Felipe Salomão, j. 14.04.10, afetado como repetitivo nos termos do art. 543-C do CPC.

Extrai-se desse v. acórdão:

“RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. JULGAMENTO NOS MOLDES DO ART. 543-C DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. CONSÓRCIO. DESISTÊNCIA. DEVOUÇÃO DAS PARCELAS PAGAS PELO CONSORCIADO. PRAZO. TRINTA DIAS APÓS O ENCERRAMENTO DO GRUPO.

...

Se, por um lado, a restituição das parcelas pagas é medida que se impõe, para que não haja, por parte da administradora de consórcios, enriquecimento ilícito, por outro, a devolução imediata pretendida pelo consorciado causaria uma surpresa contábil ao grupo, que deve se recompor, no sentido de reestruturar o valor das prestações devidas pelos demais participantes, ou, até mesmo, a extensão do prazo de contemplação. Ou seja, a devolução imediata dos valores vertidos do consorciado desistente/desligado constitui uma despesa imprevista, que acaba onerando o grupo e os demais consorciados.

...

Portanto, permanece hígida a orientação pacífica desta E. Segunda Seção, no sentido de se respeitar a convenção e se aguardar o encerramento do grupo para requerer-se a devolução das contribuições vertidas, de acordo com os princípios regentes do CDC” (grifei).

Aliás, recentemente na Reclamação nº 3752/GO, rel. a Ministra **NANCY ANDRIGHI**, essa mesma posição foi sedimentada.

Já a circunstância da superveniência da Lei nº 11.795, de 8 de outubro de 2008 não modifica tal cenário, como já decidiu o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em v. acórdão do qual se extrai:

“3. Sem razão o apelante no pleito voltado à imediata restituição dos valores pagos à apelada por conta do negócio desfeito. Isso porque, em caso de desistência do plano de consórcio, a restituição das parcelas pagas pelo


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

participante far-se-á de forma corrigida, porém não de imediato, e sim em até trinta dias a contar do prazo previsto contratualmente para o encerramento do grupo correspondente. Tal entendimento, aliás, está hoje sedimentado na jurisprudência, como se vê do julgado da ementa a seguir transcrita, paradigma de procedimento de recursos especiais repetitivos: “RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. JULGAMENTO NOS MOLDES DO ART. 543-C DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. CONSÓRCIO. DESISTÊNCIA. DEVOLUÇÃO DAS PARCELAS PAGAS PELO CONSORCIADO. PRAZO. TRINTA DIAS APÓS O ENCERRAMENTO DO GRUPO. 1. Para efeitos do art. 543-C do Código de Processo Civil: é devida a restituição de valores vertidos por consorciado desistente ao grupo de consórcio, mas não de imediato, e sim em até trinta dias a contar do prazo previsto contratualmente para o encerramento do plano. 2. Recurso especial conhecido e parcialmente provido.” (REsp 1119300/RS, Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, j. 14.4.10). O projeto que culminou na edição da Lei 11.795/08, é certo, disciplinava de modo diverso o termo para a restituição de valores ao consorciado desistente ou inadimplente, em seus arts. 29, 30, §§ 1º a 3º, e 31, II e III. Tais dispositivos, contudo, não chegaram a vigor, diante de veto presidencial. É o que consta assinalado no voto condutor do v. Acórdão correspondente ao procedimento de recursos repetitivos acima apontado, nos seguintes termos: “... Muito embora inaplicável ao caso concreto, não é ocioso ressaltar que, atualmente, a legislação que rege os consórcios é a recente Lei n.º 11.795, de 8 de outubro de 2008, que obteve veto presidencial no art. 29, §§ 1º, 2º e 3º do art. 30 e incisos II e III do art. 31, que dispunha sobre a restituição das parcelas pagas pelo consorciado em caso de exclusão do grupo. Portanto, permanece hígida a orientação pacífica desta E. Segunda Seção, no sentido de se respeitar a convenção e se aguardar o encerramento do grupo para requerer-se a devolução das contribuições vertidas...” Assim, a restituição devida ao apelante deve se fazer em até trinta dias do prazo previsto no contrato para o encerramento do grupo.” (TJ-SP, Apelação nº 1063787-26.2013.8.26.0100, 19ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. RICARDO PESSOA DE MELLO BELLI, j. 12/05/2014 - grifei).

Relativamente a esse ponto da discussão, portanto, assiste razão ao autor em pleitear a devolução da importância paga à ré, mas isso somente poderá ultimar-se em até trinta dias após o encerramento do respectivo grupo.

A importância paga será corrigida monetariamente a partir dos respectivos desembolsos, representando a corrigenda mera recomposição do valor da moeda, sem nada acrescer a ela.

Também incidirão juros de mora, mas isso se dará a partir do momento em que a ré porventura atrasar o cumprimento do dever de restituição dos valores.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

A propósito, o Colendo Superior Tribunal de Justiça já se pronunciou acolhendo a tese de que os juros de mora, na restituição das parcelas pagas por consorciado desistente ou excluído, incidem a partir de quando se esgota o prazo para a administradora proceder ao reembolso (cf. AgRg no Agravo de Instrumento nº 1.070.792-PR, rel. Min. João Otávio de Noronha, DJ 27-4-2010).

Por fim, consigno que do montante reclamado serão deduzidas as quantias devidas a título de taxa de administração, porquanto atinam à remuneração de despesas pelos serviços da administradora e já repassados à companhia seguradora, de modo que a restituição integral afetaria terceiros que seriam colocados em situação de prejuízo.

Prosperam nesse contexto os cálculos formulados pelo autor a fls. 136/137, seja porque tomaram em consideração o valor pago pelo mesmo durante o período em que permaneceu integrado ao consórcio, seja porque levaram em conta a taxa de administração concernente a esse espaço de tempo.

Assinalo, outrossim, que a multa no importe preconizado pela ré (correspondente a trinta por cento) é manifestamente abusiva e não merece por via de consequência vingar.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para declarar a rescisão do contrato firmado entre as partes e para condenar a ré a restituir ao autor em até trinta dias após o encerramento do respectivo grupo a quantia de R\$ 22.458,23, acrescida de correção monetária, a partir das épocas dos desembolsos que a compuseram, e de juros de mora, a partir do momento em que a ré porventura atrasar o cumprimento do dever de restituição dos valores.

Caso a ré não efetue o pagamento em quinze dias, contados após trinta dias do término do respectivo grupo, e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 09 de julho de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**